



ESTADO DO PARÁ
TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS

TERMO DE COOPERAÇÃO Nº 01/2013

**TERMO DE COOPERAÇÃO MÚTUA QUE ENTRE SI
CELEBRAM O TRIBUNAL DE CONTAS DOS
MUNICÍPIOS DO ESTADO DO PARÁ – TCM/PA, A
SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA DO PARÁ –
SEFA/PA, E A PROCURADORIA GERAL DO ESTADO
DO PARÁ – PGE/PA.**

O **TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS DO ESTADO DO PARÁ**, pessoa jurídica de direito público interno, CNPJ nº 04.789.665/0001-87, com sede na Travessa Magno de Araújo, nº 474, bairro do Telégrafo Sem Fio, CEP 66.113-055, nesta capital, neste ato representado por seu Presidente, Conselheiro José Carlos Araújo, **doravante denominado simplesmente TCM/PA**; a **SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA DO PARÁ**, pessoa jurídica de direito público interno, CNPJ nº 05.054.903/0001-79, com sede à Av. Visconde de Souza Franco nº 110, bairro Reduto, CEP 66.053-000, nesta Capital, neste ato representada pelo Secretário de Estado da Fazenda, Dr. José Barroso Tostes Neto, **doravante denominada simplesmente SEFA/PA**; e a **PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DO PARÁ**, pessoa jurídica de direito público interno, CNPJ nº 34.921.759/0001-29, com sede à Rua dos Tamoios nº 1671, bairro Batista Campos, CEP 66.025-540, nesta capital, neste ato representada pelo Procurador Geral do Estado, Dr. Caio de Azevedo Trindade, **doravante denominada simplesmente PGE/PA**, com fundamento na Lei nº 8.666/93 e no Decreto Estadual nº 2.637/2010, e

CONSIDERANDO o dever constitucional de prestar contas, consubstanciado no art. 115, §1º da Constituição do Estado do Pará de 1989, imposto à qualquer pessoa física ou jurídica, pública ou privada, que utilize, arrecade, guarde, gerencie ou administre dinheiros, bens e valores públicos;

CONSIDERANDO que compete ao TCM/PA o julgamento das referidas prestações de contas, tendo as decisões da Corte, de que resulte imputação de débito ou multa, eficácia de título executivo, a teor do disposto no art. 31 e seus parágrafos da CF/88 cumulado com art. 116, §3º e art. 123 da CE/89;

CONSIDERANDO que compete à PGE/PA a cobrança de débitos e multas oriundos de Acórdãos exarados pelo TCM/PA, consoante estabelece o art. 1º, §2º da LC 84/12;

CONSIDERANDO que as ações executivas judiciais decorrentes da atuação do TCM/PA são de competência da PGE/PA, como Órgão de representação judicial do Estado, conforme estabelece o art. 187 da CE/89;

CONSIDERANDO ainda, a criação e instituição do Fundo de Modernização, Reaparelhamento e Aperfeiçoamento do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará – FUMREAP/TCM a partir da edição da Lei Estadual n.º 7.368/2009, especificamente quanto às multas e demais valores indicados nos incisos III e IV do art. 3º da citada Lei;

CONSIDERANDO, finalmente, que urge que se envidem esforços de todas as instituições competentes para a defesa do combalido erário estadual, cada qual atuando em sua área de competência



ESTADO DO PARÁ
TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS

de forma a se estabelecer uma sinergia positiva capaz de reverter o preocupante quadro de desvios, malversações e, mesmo, o puro e simples descaso no trato dos recursos públicos;

RESOLVEM, na melhor forma de direito, celebrar o presente Termo de Cooperação, mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

O presente termo tem por objeto a cooperação mútua entre os entes signatários no sentido do pleno e permanente exercício da competência institucional de cada qual, valendo-se dos instrumentos constitucionais e legais à sua disposição, para a promoção do célere e eficaz ressarcimento aos cofres públicos estaduais de recursos malversados, bem assim com a exemplar coibição da eventual prática de ilícitos cíveis e/ou penais, no âmbito dos processos de competência do TCM/PA.

CLÁUSULA SEGUNDA – DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES

I – TCM/PA

- a) Dotar os Acórdãos e/ou Resoluções expedidos do maior número possível de elementos facilitadores para a eventual propositura das respectivas ações executivas judiciais, mormente no que tange à qualificação completa dos responsáveis, além dos elementos carreados aos autos que sinalizem para possíveis ilícitos cíveis e/ou penais praticados;

II – PGE/PA

- a) Promover, no prazo máximo de 30 (trinta) dias do recebimento, prorrogável e, casos excepcionais, as ações executivas judiciais relativas aos Acórdãos e/ou Resoluções do TCM/PA e/ou Certidões da Dívida Ativa expedidas pela SEFA/PA, dando ao TCM/PA conhecimento das respectivas tramitações semestralmente e/ou quando solicitado;

III – SEFA/PA

- a) Promover, no prazo máximo de 30 (trinta) dias do recebimento dos Acórdãos e/ou Resoluções do TCM/PA de que resulte multa, a inscrição dos responsáveis na Dívida Ativa do Estado, procedendo também às devidas exclusões quando informada da quitação dos respectivos valores, podendo utilizar-se, para tanto, do espaço físico e dos recursos tecnológicos disponibilizados pelo TCM/PA em sua sede, obrigando-se em criar os mecanismos necessários para o efetivo repasse dos valores arrecadados ao TCM/PA;
- b) Encaminhar ao TCM/PA, de ofício ou a pedido, as informações necessárias;

CLÁUSULA TERCEIRA – DA NÃO-ONEROSIDADE

Para execução das atividades previstas neste instrumento, cada instituição signatária arcará individualmente e exclusivamente com os ônus decorrentes de sua participação, tendo em vista o objeto do presente Termo inserir-se plenamente nas funções institucionais próprias de todos os entes.



**ESTADO DO PARÁ
TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS**

CLÁUSULA QUARTA – DA VIGÊNCIA, ADITAMENTO E RESCISÃO

O presente termo terá prazo de vigência de 2 (dois) anos, podendo ser prorrogado sucessivamente, bem como aditado ou rescindido a qualquer momento, segundo a vontade dos signatários, sem prejuízo das ações em andamento.

Parágrafo Único – Qualquer dos signatários é livre para solicitar sua exclusão da cooperação, mantendo-se o ajuste nos mesmos termos quanto aos partícipes remanescentes.

CLÁUSULA QUINTA – DA PUBLICAÇÃO

A publicação, na íntegra, do presente instrumento no Diário Oficial do Estado, será de responsabilidade do TCM/PA, devendo ocorrer no prazo máximo de 10 (dez) dias da data de sua assinatura.

E, por estarem plenamente de acordo, assinam as partes o presente Termo de Cooperação em 3 (seis) vias de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas.

Belém/PA, 27 de janeiro de 2014

JOSÉ CARLOS ARAÚJO
PRESIDENTE do TCM/PA

JOSÉ BARROSO TOSTES NETO
SECRETÁRIO DE ESTADO DA FAZENDA
SEFA/PA

CAIO DE AZEVEDO TRINDADE
PROCURADOR GERAL DO ESTADO
PGE/PA

TESTEMUNHAS:

1 –

Nome : _____
CI/RG : _____
CPF/MF : _____

2 –

Nome : _____
CI/RG : _____
CPF/MF : _____

Destino(s):
MARABÁ/PA - Brasil

Servidor(es):
500000472/LUIS FERNANDO BITTENCOURT DOS SANTOS
(ASSESSOR ESPECIAL II) / 4,5 diárias (Completa) / de
09/09/2013 a 18/09/2013

Ordenador: CONSELHEIRO PRESIDENTE JOSÉ CARLOS ARAÚJO

DIÁRIA**NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 640426****Portaria: 1423/2013**

Objetivo: Prorrogação em virtude da necessidade de permanência, o deslocamento ao município de Marabá/PA autorizado pela Portaria nº 1413/2013, de 11/09/13.

Fundamento Legal: ART. 145 DA LEI 5.810/94

Origem: BELÉM/PA - BRASIL

Destino(s):

MARABÁ/PA - Brasil

Servidor(es):

500000414/FRANCISCO OGERLEI PINTO FERREIRA
(ASSISTENTE TÉCNICO II) / 2,5 diárias (Completa) / de
15/09/2013 a 20/09/2013

Ordenador: CONSELHEIRO PRESIDENTE JOSÉ CARLOS ARAÚJO

DIÁRIA**NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 640432****Portaria: 1419/2013**

Objetivo: Realizarem análise da prestação de contas

Fundamento Legal: ART. 145 DA LEI 5.810/94

Origem: BELÉM/PA - BRASIL

Destino(s):

SANTARÉM/PA - Brasil

Servidor(es):

100000023/MARIO NEWTON PEPES HERMES (CHEFE DE
DIVISÃO) / 4,5 diárias (Completa) / de 10/09/2013 a
14/09/2013

500000362/OCYR ANDRADE MELLO (ANALISTA DE CONTROLE
EXTERNO) / 4,5 diárias (Completa) / de 10/09/2013 a
14/09/2013

500000550/RAPHAEL MAUES OLIVEIRA (ASSESSOR ESPECIAL
I) / 4,5 diárias (Completa) / de 10/09/2013 a 14/09/2013

Ordenador: CONSELHEIRO PRESIDENTE JOSÉ CARLOS ARAÚJO

DIÁRIA**NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 640439****Portaria: 1343/2013**

Objetivo: Participar da Reunião do Conselho Deliberativo da

ATRICON

Fundamento Legal: Art. 65, inciso IV da Lei Complementar nº

35/79, de 14/03/79.

Origem: BELÉM/PA - BRASIL

Destino(s):

BRASÍLIA/DF - Brasil

Servidor(es):

500000702/ANTONIO JOSÉ COSTA DE FREITAS GUIMARÃES
(CONSELHEIRO) / 3,0 diárias (Completa) / de 09/09/2013 a
11/09/2013

Ordenador: CONSELHEIRO PRESIDENTE JOSÉ CARLOS ARAÚJO

PUBLICAÇÃO DE TERMO DE COOPERAÇÃO**NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 640635****TERMO DE COOPERAÇÃO Nº 01/2013**

**3ª Via – TERMO DE COOPERAÇÃO MÚTUA QUE ENTRE SI
CELEBRAM O TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS
DO ESTADO DO PARÁ – TCM/PA, A SECRETARIA**

**DE ESTADO DA FAZENDA DO PARÁ – SEFA/PA, E A
PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DO PARÁ – PGE/PA.****O TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS DO ESTADO****DO PARÁ, pessoa jurídica de direito público interno, CNPJ nº**

04.789.665/0001-87, com sede na Travessa Magno de Araújo,

nº 474, bairro do Telégrafo Sem Fio, CEP 66.113-055, nesta

capital, neste ato representado por seu Presidente, Conselheiro

José Carlos Araújo, **doravante denominado simplesmente****TCM/PA; a SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA DO****PARÁ, pessoa jurídica de direito público interno, CNPJ nº**

05.054.903/0001-79, com sede à Av. Visconde de Souza

Franco nº 110, bairro Reduto, CEP 66.053-000, nesta Capital,

neste ato representada pelo Secretário de Estado da Fazenda,

Dr. José Barroso Tostes Neto, **doravante denominada****simplesmente SEFA/PA; e a PROCURADORIA GERAL DO****ESTADO DO PARÁ, pessoa jurídica de direito público interno,**

CNPJ nº 34.921.759/0001-29, com sede à Rua dos Tamoios nº

1671, bairro Batista Campos, CEP 66.025-540, nesta capital,

neste ato representada pelo Procurador Geral do Estado,

Dr. Caio de Azevedo Trindade, **doravante denominada****simplesmente PGE/PA, com fundamento na Lei nº 8.666/93****e no Decreto Estadual nº 2.637/2010, e****CONSIDERANDO** o dever constitucional de prestar contas,

consustanciado no Art. 115, §1º, da Constituição do Estado

do Pará de 1989, imposto à qualquer pessoa física ou jurídica,

pública ou privada, que utilize, arrecade, guarde, gerencie ou

administre dinheiros, bens e valores públicos;

CONSIDERANDO que compete ao TCM/PA o julgamento das

referidas prestações de contas, tendo as decisões da Corte,

de que resulte imputação de débito ou multa, eficácia de título

executivo, a teor do disposto no Art. 31 e seus parágrafos da

CF/88 cumulado com Art. 116, §3º e Art. 123, da CE/89;

CONSIDERANDO que compete à PGE/PA a cobrança de

débitos e multas oriundos de Acórdãos exarados pelo TCM/PA,

consoante estabelece o Art. 1º, §2º, da LC 84/12;

CONSIDERANDO que as ações executivas judiciais

decorrentes da atuação do TCM/PA são de competência da PGE/

PA, como Órgão de representação judicial do Estado, conforme

estabelece o Art. 187, da CE/89;

CONSIDERANDO ainda, a criação e instituição do Fundo de

Modernização, Reparelhamento e Aperfeiçoamento do Tribunal

de Contas dos Municípios do Estado do Pará – FUMREAP/

TCM a partir da edição da Lei Estadual nº 7.368/2009,

especificamente quanto às multas e demais valores indicados

nos Incisos III e IV, do Art. 3º, da citada Lei;

CONSIDERANDO, finalmente, que urge que se envidem

esforços de todas as instituições competentes para a defesa

do combalido erário estadual, cada qual atuando em sua

área de competência de forma a se estabelecer uma sinergia

positiva capaz de reverter o preocupante quadro de desvios,

malversações e, mesmo, o puro e simples descaso no trato dos

recursos públicos;

RESOLVEM, na melhor forma de direito, celebrar o presente

Termo de Cooperação, mediante as seguintes cláusulas e

condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

O presente termo tem por objeto a cooperação mútua entre os

entes signatários no sentido do pleno e permanente exercício

da competência institucional de cada qual, valendo-se dos

instrumentos constitucionais e legais à sua disposição, para a

promoção do célere e eficaz ressarcimento aos cofres públicos

estaduais de recursos malversados, bem assim com a exemplar
coibição da eventual prática de ilícitos cíveis e/ou penais, no
âmbito dos processos de competência do TCM/PA.

CLÁUSULA SEGUNDA – DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES**I – TCM/PA**

Dotar os Acórdãos e/ou Resoluções expedidos do maior número
possível de elementos facilitadores para a eventual proposição
das respectivas ações executivas judiciais, mormente no que
tange à qualificação completa dos responsáveis, além dos
elementos carreados aos autos que sinalizem para possíveis
ilícitos cíveis e/ou penais praticados;

II – PGE/PA

Promover, no prazo máximo de 30 (trinta) dias do recebimento,
prorrogável e, casos excepcionais, as ações executivas
judiciais relativas aos Acórdãos e/ou Resoluções do TCM/
PA e/ou Certidões da Dívida Ativa expedidas pela SEFA/PA,
dando ao TCM/PA conhecimento das respectivas tramitações
semestralmente e/ou quando solicitado;

III – SEFA/PA

Promover, no prazo máximo de 30 (trinta) dias do recebimento
dos Acórdãos e/ou Resoluções do TCM/PA de que resulte
multa, a inscrição dos responsáveis na Dívida Ativa do Estado,
procedendo também às devidas exclusões quando informada
da quitação dos respectivos valores, podendo utilizar-se,
para tanto, do espaço físico e dos recursos tecnológicos
disponibilizados pelo TCM/PA em sua sede, obrigando-se em
criar os mecanismos necessários para o efetivo repasse dos
valores arrecadados ao TCM/PA;

Encaminhar ao TCM/PA, de ofício ou a pedido, as informações
necessárias;

CLÁUSULA TERCEIRA – DA NÃO-ONEROSIDADE

Para execução das atividades previstas neste instrumento, cada
instituição signatária arcará individualmente e exclusivamente
com os ônus decorrentes de sua participação, tendo em vista
o objeto do presente Termo inserir-se plenamente nas funções
institucionais próprias de todos os entes.

**CLÁUSULA QUARTA – DA VIGÊNCIA, ADITAMENTO E
RESCISÃO**

O presente termo terá prazo de vigência de 2 (dois) anos,
podendo ser prorrogado sucessivamente, bem como aditado
ou rescindido a qualquer momento, segundo a vontade dos
signatários, sem prejuízo das ações em andamento.

Parágrafo Único – Qualquer dos signatários é livre para solicitar
sua exclusão da cooperação, mantendo-se o ajuste nos
mesmos termos quanto aos participes remanescentes.

CLÁUSULA QUINTA – DA PUBLICAÇÃO

A publicação, na íntegra, do presente instrumento no Diário
Oficial do Estado, será de responsabilidade do TCM/PA, devendo
ocorrer no prazo máximo de 10 (dez) dias da data de sua
assinatura.

E, por estarem plenamente de acordo, assinam as partes o
presente Termo de Cooperação em 3 (seis) vias de igual teor e
forma, na presença de duas testemunhas.

Belém/PA, 27 de janeiro de 2014

JOSÉ CARLOS ARAÚJO JOSÉ BARROSO TOSTES NETO

PRESIDENTE do TCM/PA SECRETÁRIO DE ESTADO DA FAZENDA - SEFA/PA

CAIO DE AZEVEDO TRINDADE

PROCURADOR GERAL DO ESTADO - PGE/PA

CONTINUA NO CADERNO 6

Secretaria
Especial de Estado
de Gestão



GOVERNO DO
PARÁ

DOCUMENTO
ASSINADO
DIGITALMENTE

Documento assinado digitalmente com certificado digital emitido sob a Infraestrutura de Chaves Públicas
Brasileira - ICP-Brasil, instituída através de medida provisória nº. 2.200-2. Autoridade Certificadora emissora: AC
Imprensa Oficial SP.
A IMPRENSA
OFICIAL DO ESTADO DO PARÁ garante a autenticidade deste documento quando visualizado diretamente no
portal www.ioe.pa.gov.br
terça-feira, 28 de janeiro de 2014 às 07:07:22.

Destino(s):

MARABÁ/PA - Brasil<br

Servidor(es):

50000472/LUIS FERNANDO BITTENCOURT DOS SANTOS (ASSESSOR ESPECIAL II) / 4,5 diárias (Completa) / de 09/09/2013 a 18/09/2013<br

Ordenador: CONSELHEIRO PRESIDENTE JOSÉ CARLOS ARAÚJO
DIÁRIA

NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 640426

Portaria: 1423/2013

Objetivo: Prorrogação em virtude da necessidade de permanência, o deslocamento ao município de Marabá/PA autorizado pela Portaria nº 1413/2013, de 11/09/13.

Fundamento Legal: ART. 145 DA LEI 5.810/94

Origem: BELÉM/PA - BRASIL

Destino(s):

MARABÁ/PA - Brasil<br

Servidor(es):

500000414/FRANCISCO OGERLEI PINTO FERREIRA (ASSISTENTE TÉCNICO II) / 2,5 diárias (Completa) / de 15/09/2013 a 20/09/2013<br

Ordenador: CONSELHEIRO PRESIDENTE JOSÉ CARLOS ARAÚJO
DIÁRIA

NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 640432

Portaria: 1419/2013

Objetivo: Realizarem análise da prestação de contas

Fundamento Legal: ART. 145 DA LEI 5.810/94

Origem: BELÉM/PA - BRASIL

Destino(s):

SANTARÉM/PA - Brasil<br

Servidor(es):

100000023/MARIO NEWTON PEPES HERMES (CHEFE DE DIVISÃO) / 4,5 diárias (Completa) / de 10/09/2013 a 14/09/2013

500000362/OCYR ANDRADE MELLO (ANALISTA DE CONTROLE EXTERNO) / 4,5 diárias (Completa) / de 10/09/2013 a 14/09/2013

500000550/RAPHAEL MAUES OLIVEIRA (ASSESSOR ESPECIAL I) / 4,5 diárias (Completa) / de 10/09/2013 a 14/09/2013<br

Ordenador: CONSELHEIRO PRESIDENTE JOSÉ CARLOS ARAÚJO
DIÁRIA

NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 640439

Portaria: 1343/2013

Objetivo: Participar da Reunião do Conselho Deliberativo da ATRICON

Fundamento Legal: Art. 65, inciso IV da Lei Complementar nº 35/79, de 14/03/79.

Origem: BELÉM/PA - BRASIL

Destino(s):

BRASÍLIA/DF - Brasil<br

Servidor(es):

500000702/ANTONIO JOSÉ COSTA DE FREITAS GUIMARÃES (CONSELHEIRO) / 3,0 diárias (Completa) / de 09/09/2013 a 11/09/2013<br

Ordenador: CONSELHEIRO PRESIDENTE JOSÉ CARLOS ARAÚJO

PUBLICAÇÃO DE TERMO DE COOPERAÇÃO

NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 640635

TERMO DE COOPERAÇÃO Nº 01/2013

3ª Via – TERMO DE COOPERAÇÃO MÚTUA QUE ENTRE SI CELEBRAM O TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS DO ESTADO DO PARÁ – TCM/PA, A SECRETARIA

DE ESTADO DA FAZENDA DO PARÁ – SEFA/PA, E A PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DO PARÁ – PGE/PA.

O TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS DO ESTADO

DO PARÁ, pessoa jurídica de direito público interno, CNPJ nº

04.789.665/0001-87, com sede na Travessa Magno de Araújo,

nº 474, bairro do Telégrafo Sem Fio, CEP 66.113-055, nesta

capital, neste ato representado por seu Presidente, Conselheiro

José Carlos Araújo, **doravante denominado simplesmente**

TCM/PA; a SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA DO

PARÁ, pessoa jurídica de direito público interno, CNPJ nº

05.054.903/0001-79, com sede à Av. Visconde de Souza

Franco nº 110, bairro Reduto, CEP 66.053-000, nesta Capital,

Dr. José Barroso Tostes Neto, **doravante denominada****simplesmente SEFA/PA;** e a PROCURADORIA GERAL DO

ESTADO DO PARÁ, pessoa jurídica de direito público interno,

CNPJ nº 34.921.759/0001-29, com sede à Rua dos Tambois nº

1671, bairro Batista Campos, CEP 66.025-540, nesta capital,

neste ato representada pelo Procurador Geral do Estado,

Dr. Caio de Azevedo Trindade, **doravante denominada****simplesmente PGE/PA,** com fundamento na Lei nº 8.666/93

e no Decreto Estadual nº 2.637/2010, e

CONSIDERANDO o dever constitucional de prestar contas, consubstanciado no Art. 115, §1º, da Constituição do Estado do Pará de 1989, imposto à qualquer pessoa física ou jurídica,

pública ou privada, que utilize, arrecade, guarde, gerencie ou administre dinheiros, bens e valores públicos;

CONSIDERANDO que compete ao TCM/PA o julgamento das referidas prestações de contas, tendo as decisões da Corte, de que resulte imputação de débito ou multa, eficácia de título executivo, a teor do disposto no Art. 31 e seus parágrafos da CF/88 cumulado com Art. 116, §3º e Art. 123, da CE/89;**CONSIDERANDO** que compete à PGE/PA a cobrança de débitos e multas oriundos de Acórdãos exarados pelo TCM/PA, consoante estabeleça o Art. 1º, §2º, da LC 84/12;**CONSIDERANDO** que as ações executivas judiciais decorrentes da atuação do TCM/PA são de competência da PGE/PA, como Órgão de representação judicial do Estado, conforme estabelece o Art. 187, da CE/89;**CONSIDERANDO** ainda, a criação e instituição do Fundo de Modernização, Reparelhamento e Aperfeiçoamento do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará – FUMREAP/TCM a partir da edição da Lei Estadual nº 7.368/2009,

especificamente quanto às multas e demais valores indicados nos Incisos III e IV, do Art. 3º, da citada Lei;

CONSIDERANDO, finalmente, que urge que se envidem esforços de todas as instituições competentes para a defesa do combalido erário estadual, cada qual atuando em sua área de competência de forma a se estabelecer uma sinergia positiva capaz de reverter o preocupante quadro de desvios, malversações e, mesmo, o puro e simples descaso no trato dos recursos públicos;

RESOLVEM, na melhor forma de direito, celebrar o presente Termo de Cooperação, mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

O presente termo tem por objeto a cooperação mútua entre os entes signatários no sentido do pleno e permanente exercício da competência institucional de cada qual, valendo-se dos instrumentos constitucionais e legais à sua disposição, para a promoção do célere e eficaz ressarcimento aos cofres públicos

estaduais de recursos malversados, bem assim com a exemplar coibição da eventual prática de ilícitos cíveis e/ou penais, no âmbito dos processos de competência do TCM/PA.

CLÁUSULA SEGUNDA – DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES**I – TCM/PA**

Dotar os Acórdãos e/ou Resoluções expedidos do maior número possível de elementos facilitadores para a eventual propositura das respectivas ações executivas judiciais, mormente no que tange à qualificação completa dos responsáveis, além dos elementos carreados aos autos que sinalizem para possíveis ilícitos cíveis e/ou penais praticados;

II – PGE/PA

Promover, no prazo máximo de 30 (trinta) dias do recebimento, prorrogável e, casos excepcionais, as ações executivas judiciais relativas aos Acórdãos e/ou Resoluções do TCM/PA e/ou Certidões da Dívida Ativa expedidas pela SEFA/PA, dando ao TCM/PA conhecimento das respectivas tramitações semestralmente e/ou quando solicitado;

III – SEFA/PA

Promover, no prazo máximo de 30 (trinta) dias do recebimento dos Acórdãos e/ou Resoluções do TCM/PA de que resulte multa, a inscrição dos responsáveis na Dívida Ativa do Estado, procedendo também às devidas exclusões quando informada da quitação dos respectivos valores, podendo utilizar-se, para tanto, do espaço físico e dos recursos tecnológicos disponibilizados pelo TCM/PA em sua sede, obrigando-se em criar os mecanismos necessários para o efetivo repasse dos valores arrecadados ao TCM/PA;

Encaminhar ao TCM/PA, de ofício ou a pedido, as informações necessárias;

CLÁUSULA TERCEIRA – DA NÃO-ONEROSIDADE

Para execução das atividades previstas neste instrumento, cada instituição signatária arcará individualmente e exclusivamente com os ônus decorrentes de sua participação, tendo em vista o objeto do presente Termo inserir-se plenamente nas funções institucionais próprias de todos os entes.

CLÁUSULA QUARTA – DA VIGÊNCIA, ADITAMENTO E RESCISÃO

O presente termo terá prazo de vigência de 2 (dois) anos, podendo ser prorrogado sucessivamente, bem como aditado ou rescindido a qualquer momento, segundo a vontade dos signatários, sem prejuízo das ações em andamento.

Parágrafo Único – Qualquer dos signatários é livre para solicitar sua exclusão da cooperação, mantendo-se o ajuste nos mesmos termos quanto aos participes remanescentes.

CLÁUSULA QUINTA – DA PUBLICAÇÃO

A publicação, na íntegra, do presente instrumento no Diário Oficial do Estado, será de responsabilidade do TCM/PA, devendo ocorrer no prazo máximo de 10 (dez) dias da data de sua assinatura.

E, por estarem plenamente de acordo, assinam as partes o presente Termo de Cooperação em 3 (seis) vias de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas.

Belém/PA, 27 de janeiro de 2014

JOSÉ CARLOS ARAÚJO **JOSÉ BARROSO TOSTES NETO**

PRESIDENTE DO TCM/PA SECRETÁRIO DE ESTADO DA FAZENDA - SEFA/PA

CAIO DE AZEVEDO TRINDADE

PROCURADOR GERAL DO ESTADO - PGE/PA

CONTINUA NO CADERNO 6